



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a inclusão de questionário acerca de identidade política e afinidade partidária em curso oficial da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a inclusão de questionário acerca de identidade política e afinidade partidária em curso oficial da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Nesses termos, requisita-se que Ministro informe:

1. Em que consiste o conteúdo exato do questionário e os questionamentos nele constantes?
2. Quais as razões para a inclusão desse questionário no curso de Direitos Humanos?
3. Onde as informações ficarão armazenadas e quem terá acesso ao conteúdo?
4. Qual a autoria e direção da pesquisa?
5. Quais são os objetivos específicos desses questionamentos aos policiais?



6. Qual é a fundamentação científica e acadêmica para a inclusão do Teste de Associação Implícita (TAI) no curso de Direitos Humanos da PRF?
7. Foi comunicado aos policiais sobre a natureza e o propósito do questionário? Por qual meio?
8. Quais são as medidas de segurança adotadas para garantir o anonimato e a confidencialidade das respostas?
9. Quais são as consequências para os policiais que optarem por não responder ao questionário, considerando que o curso é obrigatório?
10. Como a PRF pretende utilizar os resultados do questionário?
11. Existe alguma intenção de utilizar esse tipo de questionário para outros cursos ou treinamentos dentro da PRF ou em outras forças de segurança?
12. Há quanto tempo foi desenvolvido esse método do Teste de Associação Implícita (TAI) em Harvard?
13. O Teste de Associação Implícita (TAI) já foi aplicado anteriormente em outros cursos ou treinamentos dentro da PRF ou em outras forças de segurança pública?
14. Levando em consideração que a PRF trabalha no combate ao crime organizado, e que também atua em áreas de fronteiras em parceria com operações policiais internacionais, não estaria o citado teste colocando em risco operações em andamento com exposições dos nossos policiais?

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reportagens recentes, incluindo o jornal Folha de São Paulo, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) teria determinado que os servidores participassem de um curso obrigatório de direitos humanos, que inclui um questionário sobre



“identidade política” e “afinidade partidária” em um curso de Direitos Humanos. Essa inclusão levanta questões importantes sobre a natureza, motivação e os propósitos dessa prática.

De acordo com as matérias veiculadas, no quesito sobre identidade política, os servidores deveriam escolher entre as seguintes opções: “extrema esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema direita”. Em relação à afinidade partidária, os servidores deveriam optar entre: “Democratas, Partido Democrático Trabalhista, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido Socialismo e Liberdade, Partido dos Trabalhadores, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Verde e Outros”.^[1]

Esse cenário foi confirmado por relatos de policiais, que, de forma anônima, expressaram desconforto e preocupação com a falta de transparência em relação a utilização e armazenamento dos dados coletados.

A PRF afirmou que o questionário denominado Teste de Associação Implícita (TAI) foi desenvolvido pela Universidade Harvard, é apresentado como facultativo e anônimo, e que as respostas são registradas diretamente no site da Universidade Harvard e que não mantém essas informações em seus bancos de dados.

Contudo, a presença de uma instituição estrangeira, mesmo uma renomada universidade, no processo de coleta de dados sensíveis de servidores públicos brasileiros em um curso oficial obrigatório suscita preocupações sobre a segurança, privacidade e finalidade de tais informações.

É evidente que questões relacionadas à identidade política e afinidade partidária são de cunho personalíssimo e sensível. A imposição de tais perguntas, mesmo sob o pretexto de serem para autoreflexão, pode criar um ambiente de constrangimento e receio entre os servidores, especialmente na ausência de uma explicação clara sobre a utilização e armazenamento dessas informações.



Considerando a seriedade das informações solicitadas e por envolver dados personalíssimos de servidores públicos brasileiros referentes à orientação política, é que solicito resposta a este Requerimento de Informações. Esta medida visa assegurar que práticas que possam ser percebidas como invasivas ou constrangedoras sejam devidamente justificadas ou reavaliadas, preservando a integridade e a confiança em nossas instituições policiais.

[1] Folha de São Paulo. PRF obriga servidores a curso de Direitos Humanos e inclui perguntas sobre identidade política: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/prf-obriga-servidores-a-curso-de-direitos-humanos-e-inclui-perguntas-sobre-identidade-politica.shtml> Acesso em: 11 de julho de 2024.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2024.

Senadora Damares Alves

